

Quando indígenas encontram o museu: reflexões a partir da reconstrução do Museu Kuahi dos Povos Indígenas do Oiapoque - AP

When Indigenous people encounter the museum: reflections from the reconstruction of the Kuahi Museum of the Indigenous Peoples of Oiapoque - AP

Pedro Vianna Godinho Peria*
Carolina Mazzacoratti Mindlin Loeb**
Sophia Volkmer Medeiros Santana***

Palavras-chave:
Museus Indígenas
Patrimônio Cultural
Povos Indígenas

Resumo: Analisamos o caso do Museu Kuahi dos Povos Indígenas do Oiapoque para discutir intersecções entre práticas museológicas e lutas indígenas. No Oiapoque, as diferentes culturas dos Galibi Marworno, Galibi Kali'na, Palikur e Karipuna estão presentes no Museu, criado em 2007 para abrigar bens e produzir exposições que fizessem jus à riqueza desses povos. Sendo uma plataforma de comunicação entre os povos, o Museu representou uma vitória na luta dos indígenas por valorização. Fechado desde 2014 pela sua degradação física e abandono governamental, novas e velhas lideranças se organizam, hoje, para a sua reabertura. Neste momento de efervescência, afirmamos que o Museu Kuahi ocupa um lugar de destaque entre as organizações do território, servindo como canalizador de encontros e catalisador de reivindicações. Com este estudo de caso baseado em observação participante e entrevistas, admitimos que, no Kuahi, o museu é usado como instrumento para as lutas indígenas por justiça e reconhecimento.

Keywords:
Indigenous museums
Cultural heritage
Indigenous people

Abstract: We analyzed the case of the Kuahi Museum of the Indigenous Peoples of Oiapoque to discuss intersections between museum practices and indigenous struggles. In Oiapoque, the different cultures of the Galibi Marworno, Galibi Kali'na, Palikur, and Karipuna are present in the Museum, which was created in 2007 to house goods and produce exhibitions that did justice to the richness of these peoples. As a platform for communication between the peoples, the Museum represented a victory in the indigenous peoples' struggle for valorization. Closed since 2014 due to its physical degradation and government abandonment, new and old leaders are now organizing for its reopening. In this moment of enthusiasm, the Kuahi Museum is prominent among the organizations in the territory, serving as a channel for meetings and a catalyst for demands. With this case study based on participant observation and interviews, we believe that, in Kuahi, the museum is used as an instrument for indigenous struggles for justice and recognition.

Recebido em 04 de outubro de 2024. Aprovado em 18 de outubro de 2024.

* Bacharel, mestre e doutorando em Administração Pública e Governo na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EAESP). E-mail: p.v.g.peria@gmail.com.

** Graduanda em Administração Pública na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EAESP). E-mail: carolinaloeb@hotmail.com.

*** Graduanda em Administração Pública na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EAESP). E-mail: sophiavolkmermedeiros@gmail.com.

Introdução

Com o advento das embarcações motorizadas, o transporte nas bacias do Rio Oiapoque e do Rio Uaçá, no extremo norte do Amapá, foi transformado radicalmente. Se, antes, as viagens duravam dias, agora podem levar apenas algumas horas. Nos igarapés estreitos e rasos e no período de estiagem, no entanto, o motor das voadeiras é obsoleto. Ali, são as canoas entalhadas à mão que melhor servem aos povos indígenas das Terras Indígenas Uaçá, Juminá e Galibi. Alguns exemplares se encontram, hoje, longe das águas, mas guardadas no chão da reserva técnica do Museu Kuahi dos Povos Indígenas do Oiapoque. Destituídas de seu valor de uso, as canoas ganham outros significados. Um dos funcionários do Museu, indígena do povo Galibi Marworno, aponta para esses objetos lembrando do seu pai, um “mestre de canoas”, e afirma que é com essas canoas que se chega mais longe.

As embarcações que fazem parte do acervo do Museu Kuahi deixaram de levar pessoas e mercadorias rio adentro, mas não são “coisa do passado”. Agora sob outros olhares, as canoas são documentos de outras técnicas de produção, outras relações com o rio e outras conexões intergeracionais. Se, no passado, avançavam por entre pequenos braços d’água, hoje servem de ponte de memória sobre a qual os povos indígenas do Oiapoque miram seu futuro.

No entanto, com o Museu fechado desde 2013, as populações indígenas e não-indígenas do Oiapoque se veem apartadas desses outros significados de seus artefatos. Neste artigo, discutimos como a comunidade no território se articula para manter o Museu Kuahi vivo e luta para garantir sua reabertura. Trata-se de um trabalho sobre a retomada de um espaço cultural que vai além de mero equipamento: no Museu, reencontram suas famílias, suas histórias, suas organizações políticas, suas lideranças, seus mitos, suas técnicas e tecnologias, seu passado, seu presente e seu futuro. A partir de um aparente paradoxo entre a instituição museológica notadamente ocidental e a força instituinte das culturas indígenas, partimos de um problema amplo: o que significa a existência de um museu no extremo norte do Brasil construído e

mantido por povos indígenas? Admitindo a potência e a originalidade dessa experiência de museu indígena e baseados na literatura específica da Museologia Social, questionamos: quais são os aprendizados que a construção e a reconstrução do Museu Kuahi podem suscitar sobre a possibilidade de espaços de memória social e territorialmente engajados?

O estudo de caso do Museu Kuahi foi construído a partir de observação participante e entrevistas com agentes atuantes no Museu. São as falas dessas pessoas que nos permitem afirmar que o Kuahi ocupa um lugar de destaque entre as outras organizações indígenas do território, servindo como ponto de encontro e único centro de referência cultural, e que é a juventude indígena que assume a liderança de um processo de ressignificação da memória. O texto se divide em mais sete seções. Nas duas seções que seguem, apresentamos nossas abordagens teóricas e metodológicas. Em seguida, uma breve seção cumpre a função de contextualizar o caso que é analisado em três subseções conexas. Por fim, fechamos o texto com um balanço da pesquisa, indicando suas limitações e agendas decorrentes.

Cultura, culturas

Nesta seção, discutimos o encontro entre perspectivas diferentes da noção de cultura: uma, vinculada à ideia de “política cultural” e outra, ligada de forma abrangente à perspectiva antropológica da pluriversidade de modos de ser e de estar no mundo, as culturas, no plural. Os encontros entre a política cultural e as culturas não são simplórios e frequentemente produzem apagamentos e segregações. Não são, também, unidireccionais: não é apenas a política cultural que afeta as culturas, essas abalam e influenciam a ação do Estado nesse campo. Por isso, é preciso observar criticamente as situações nas quais um registro específico da cultura, uma política cultural, se relaciona com a multiplicidade de acepções e realidades culturais e questionar-se como são produzidos esses encontros e quais os seus impactos materiais e simbólicos para determinada comunidade.

As ações do Estado sobre a seleção, guarda, proteção e preservação de bens entendidos como

patrimônios culturais há muito são questionadas e, sobre elas, tem se apontado o caráter segregador e conflituoso. É nesse sentido que Chagas (2002, p. 56) nos lembra que “onde há poder há memória”. O que, de quem, de onde, de quando e de que forma preservar e celebrar são questões cujas respostas separam aqueles memoráveis daqueles legados ao esquecimento.

Os museus, então, nunca foram apenas guardiões do patrimônio; antes, são produtores do passado: “o museu realizou uma formidável inversão retórica, dissimulando os aspectos conflituosos e criminosos de sua história e apresentando a si mesmo como um depósito do universal” (VERGÈS, 2008, p. 8). Santos (2002, p. 117) alerta para o fato de que “longe de preservarem um significado eterno inerente a objetos, eles atribuem novos significados a objetos que foram retirados do tempo e do espaço em que foram originalmente produzidos”. Devemos reconhecer que “aquel que se anuncia nos museus não é a verdade, mas uma leitura possível, inteiramente permeada pelo jogo do poder” (CHAGAS, 2002, p. 56, grifos do autor). Ao admitir o conflito onde só se via pacificação, somos capazes de colocar os museus em um lugar estratégico, capaz de subverter lógicas de apagamento e memoricídio. Com esses termos, vemos o que Pires e Chagas (2018) definiram como uma museologia ancorada no ponto de vista da luta e a forma pela qual Gouveia e Chagas (2014) definem a museologia social:

O que dá sentido à museologia social não é o fato dela existir em sociedade, mas os compromissos sociais que assume e com os quais se vincula. [...] A museologia social, está comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais. (GOUVEIA; CHAGAS, 2014, p. 17)

Nessa direção, afirmamos que as experiências de museus indígenas são radicais: alcançam as raízes do museu tradicional para colher algo novo. Sem negar a identidade “museu”, usam seus conceitos,

técnicas e estruturas para gerar uma instituição diferente. São nessas experiências que vemos formas construtivas, não destrutivas, do encontro entre culturas e política cultural. Como preconiza Cunha (2016, p. 9), “há políticas culturais para os índios e há políticas culturais dos índios [sic.]. Não são a mesma coisa. [...] O que nos interessa são os modos como as políticas dos índios, para os índios e que se valem dos índios se entrelaçam e se conjugam para produzir efeitos”. Tratam-se de estratégias de ressignificação:

Partimos do pressuposto que o museu, apesar de ser uma invenção ocidental, vem sendo reconhecido cada vez mais pelos indígenas como lugar político, onde podem rever os objetos de seus antepassados, ter o retorno do pesquisador, praticar a autonarrativa, apresentar suas danças, realizar rituais e levar outros saberes para o cotidiano institucional, para ganhar visibilidade e estabelecer diálogo com a sociedade brasileira da qual fazem parte, mas, sobretudo, para afirmar-se cultural e politicamente. (CURY, 2017, p. 190)

O museu é visto como uma plataforma na qual pessoas e coletivos indígenas podem se erguer para somar às suas lutas, como “a conquista de direitos, lugares de representação e representatividade, de desconstrução de estereótipos, de contestação e produção de discursos” (SANTOS, 2017b, p. 189). Essa museologia, então, é focada na produção de encontros entre a pluriversidade das culturas indígenas e a cultura institucional.

Em seu amplo estudo sobre museus comunitários, Santos (2017a) pontuou que a especificidade dos museus indígenas se dá na abrangência dos patrimônios culturais valorizados, no recurso para a preservação de bens naturais, na possibilidade de produção de pesquisas, no seu potencial de encontro entre os mais velhos e as gerações vindouras e em sua contribuição para a coesão da comunidade. Interpretando os sentidos do Museu Indígena Kanindé, criado em 1995 no Ceará, e que aqui pode nos servir de exemplo, Santos (2021) afirma:

O museu é como uma grande árvore de conhecimentos na qual há raízes, troncos e folhas com muitas flores e frutos que já dão novas sementes. Constitui um espaço

onde jovens e crianças fazem pesquisas e se aprofundam no conhecimento sobre a nossa história e as origens do nosso povo, em estreito e permanente diálogo com troncos velhos e lideranças tradicionais. (SANTOS, 2021, p. 121)

Nessa mesma direção, o autor apontou em outra ocasião que os museus indígenas privilegiam “o registro da memória dos troncos velhos, possibilitando variadas trocas e intercâmbios entre os acervos e os integrantes dos museus indígenas” (SANTOS, 2023, p. 104). O que essa literatura sobre museologia social e museologia indígena nos indica, enfim, é que há outras formas de construir um museu que podem ser aprendidas por experiências como a que discutimos neste artigo. Trata-se de estarmos prontos e prontas para escutar e entender que “os museus não são apenas representação da sociedade, são também projetos, sonhos e desejos de outro mundo, quiçá de um mundo melhor” (CHAGAS; PIRES, 2018, p. 290). Com essa premissa, procuramos depreender quais aprendizados a história de reconstrução do Museu Kuahi dos Povos Indígenas do Oiapoque pode suscitar. Em outras palavras, tratamos de refletir sobre como as culturas indígenas no Oiapoque se encontram com a política cultural para produzir algo novo que lhes faça sentido, um museu que não trabalhe pelo apagamento, mas pela memória. Na próxima seção, apresentamos os percursos de entrada no campo e interlocução com as agentes do Museu Kuahi.

Percursos da pesquisa

A pesquisa, de caráter exploratório, foi baseada em um estudo de caso intrínseco e qualitativo (STAKE, 2005). Acreditamos que a interpretação do caso singular do Museu Kuahi é uma forma de produzir ressonâncias para compreender outros contextos de mobilização pelas memórias marginalizadas ou apagadas e, como explorado em nosso referencial teórico, contribuir com insights para as pesquisas e ações dedicadas a compreender e agir sobre museus indígenas.

Admitindo a característica colonial do processo de produção de conhecimento acadêmico

(MIGNOLO, 2017), localizamos nossa fala como uma autoetnografia (REED-DANAHAY, 1997; ALVES-SANTOS, 2017): somos uma equipe de pesquisa composta por duas mulheres brancas e um homem branco, estudantes de graduação e de pós-graduação de uma universidade privada de São Paulo. Procuramos promover formas de representação daqueles que possuem trajetórias e vivências distintas das nossas (ADAMS; BOCHNER; ELLIS, 2011) e não retirar informações do território, mas realizar trocas de experiências entre nós e os sujeitos desta pesquisa. É por isso que nas próximas seções damos centralidade para as vozes de nossas interlocutoras.

Essa perspectiva também está inserida na forma pela qual iniciamos e mantemos os contatos de pesquisa. Todas as investigações no território passam pelo crivo do Conselho de Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO), mostrando que a comunidade já tem conhecimento sobre práticas predadoras de pesquisas acadêmicas. A partir do ofício nº 46 do CCPIO, editado em 08 de abril de 2024, nossa pesquisa, após ser aprovada no Comitê de Conformidade Ética em Pesquisas Involvendo Seres Humanos (CEPH/FGV), teve anuência do Conselho. A passagem por essa instância qualificou o projeto inicial e garantiu legitimidade à nossa presença, o que, somado a um paciente contato virtual de meses nos quais pudemos nos apresentar, permitiu que estivéssemos no Oiapoque entre 05 e 19 de julho de 2024 para a realização de entrevistas em profundidade e observações.

Realizamos 22 entrevistas semiestruturadas (Quadro 1) que funcionaram como oportunidades para o desenvolvimento de interações com a equipe do Museu, lideranças e membros de associações e coletivos indígenas, lideranças de povo, caciques, além de parlamentares, de membros do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (IEPÉ), da Secretaria de Cultura do Estado do Amapá (SECULT) e da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Apenas duas entrevistas não foram gravadas em áudio pela adversidade das circunstâncias, mas as outras foram gravadas pelo celular com o consentimento de cada interlocutor. Ao todo, garantimos mais de 14 horas de gravação, o que nos permitiu uma transcrição confiável das entrevistas.

Nessas interações, partimos de uma pergunta disparadora, que mobilizasse as narrativas de cada interlocutor: “Como a sua história se encontra com a história do Museu Kuahi?”. Ao longo da entrevista, buscamos identificar os principais agentes ligados ao Museu, ouvir a trajetória de cada um deles, entender os diferentes significados que eram atribuídos ao Kuahi e compreender quais eram as expectativas para a sua reabertura. No decorrer das diferentes interações, percebemos que os significados e expectativas sobre o Museu mudavam se falássemos sobre o seu passado, o seu presente e o seu

futuro e isso nos guiou nas interpretações presentes nas próximas seções.

Nas seções seguintes, os trechos das entrevistas usados foram anonimizados aleatoriamente com números, seguidos da indicação se o interlocutor era indígena ou não indígena e da data da entrevista. Seguindo o mesmo protocolo ético de anonimização, não compartilhamos as entrevistas transcritas, pois essas incluem informações pessoais delicadas e histórias que poderiam levar à identificação do interlocutor.

Quadro 1: Entrevistas realizadas

IDENTIFICAÇÃO	POVO	FUNÇÃO no MUSEU ou COMO SE RELACIONA COM ELE
Entrevista 1, indígena, 08/07/24	Galibi Kali'na	Acervo
Entrevista 2, indígena, 08/07/24	Galibi Kali'na	Acervo
Entrevista 3, indígena, 17/07/24	Galibi Kali'na	Direção
Entrevista 4, indígena, 10/07/24	Galibi Marworno	Direção
Entrevista 5, indígena, 11/07/24	Galibi Marworno	Liderança da AIPGM - Articulação Indígena do Povo Galibi Marworno
Entrevista 6, indígena, 12/07/24	Galibi Marworno	Liderança da OPIMO - Organização dos Professores Indígenas do Município de Oiapoque
Entrevista 7, indígena, 09/07/24	Galibi Marworno	Biblioteca
Entrevista 8, indígena, 09/07/24	Galibi Marworno	Catalogação
Entrevista 9, indígena, 15/07/24	Karipuna	Vereadora
Entrevista 10, indígena, 17/07/24	Karipuna	Liderança da AMIM - Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão
Entrevista 11, indígena, 09/07/24	Karipuna	Catalogação
Entrevista 12, indígena, 08/07/24	Karipuna	Acervo
Entrevista 13, indígena, 12/07/24	Karipuna	Liderança do CCPIO - Conselho de Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque
Entrevista 14, indígena, 08/07/24	Karipuna	Biblioteca
Entrevista 15, indígena, 12/07/24	Karipuna	Empório UASEI e representante do Coletivo de Teatro Maiuhi e do Coletivo de artistas Waçá-wara
Entrevista 16, não indígena, 10/07/24	Não indígena	Assessor de valorização cultural do IEPÉ
Entrevista 17, não indígena, 15/07/24	Não indígena	Coordenadora do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena na UNIFAP
Entrevista 18, não indígena,	Não indígena	Consultora da Secretaria Estadual de Cultura do Amapá

10/07/24		
Entrevista 19, indígena, 15/07/24	Palikur	Empório UASEI
Entrevista 20, indígena, 10/07/24	Palikur	Catalogação
Entrevista 21, indígena, 09/07/24	Palikur	Catalogação e comunicação
Entrevista 22, indígena, 10/07/24	Palikur	Direção

Fonte: Elaboração própria.

Estávamos interessados em compreender de que forma as trajetórias individuais dos participantes se entrelaçavam com a história do Museu, a importância e os significados atribuídos pelas comunidades envolvidas e as expectativas em torno de sua reabertura. Além das entrevistas, adotamos como prática metodológica a observação participante (INGOLD, 2014), que consistiu em impressões e registros acerca do Museu, das atividades que acompanhamos e de seu processo de consolidação. Fomos convidados a conhecer de perto alguns processos de organização do Kuahi, como a catalogação do acervo e reuniões internas. Em todos os momentos do trabalho de campo, a postura adotada foi a de pesquisador-conversador, na qual o pesquisador insere-se como parte do cotidiano e do processo (SPINK, 2008). Também reconhecemos e consideramos como parte integrante do campo as interações ocorridas em conversas após as entrevistas e durante o período de convivência. Se estivemos em campo com essa postura, cabe agora situar que campo é esse.

Contextualização

O Museu Kuahi fica na avenida principal do município de Oiapoque (Imagem 1), entre o edifício da Defensoria Pública do Estado e um mercadinho, no extremo norte do Estado do Amapá, em uma região de fronteira com a Guiana Francesa, com quem divide as margens do Rio Oiapoque e se liga através da Ponte Binacional Franco-Brasileira.

Com cerca de 27.500 habitantes, os indígenas representam mais do que 25% de toda a população (IBGE, 2022): os povos Galibi Kali'na, Palikur, Karipuna, Galibi Marworno, habitantes da bacia do rio Uaçá e do baixo curso do rio Oiapoque e residentes em três diferentes terras indígenas, Galibi (homologada em 1982), a Uaçá (homologada em 1991) e a Juminã (homologada em 1992) (Imagem 2). Os povos “são portadores de tradições culturais heterogêneas, histórias de contato e trajetórias diferenciadas, assim como suas línguas e religiões” (VIDAL, 2008, p. 1). A população indígena do baixo Oiapoque se comunica em diversos idiomas, como o português, o patoá ou kheoul e o idioma nativo de cada povo.



Imagen 01 - Museu Kuahi dos Povos Indígenas do Oiapoque, na avenida central da cidade

Foto tirada pela equipe de pesquisa durante trabalho de campo em julho de 2024.

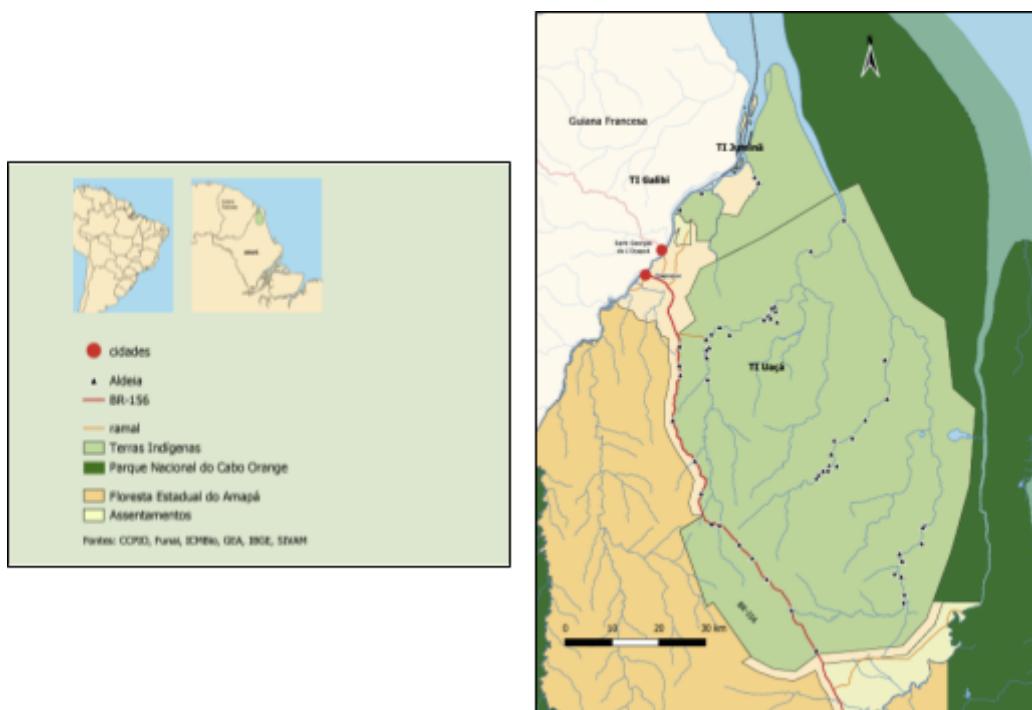


Imagen 2 - Mapa das Terras Indígenas do Oiapoque

Fonte: Conselho dos Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque (2019).

Um dos maiores problemas enfrentados atualmente é a chamada “crise das roças”, uma crise fitossanitária que, em 2023, chegou a ser decretada emergência após o aumento da incidência de doenças causadas por fungos nas plantações de mandioca. Estima-se que aproximadamente 80% das plantações de mandioca tenham sido perdidas devido a esse problema (ANJOS, 2023). A crise tem fortes impactos econômicos sobre a comunidade, já

que a mandioca, além de alimento, também é fonte de renda de muitas das famílias da região. As lideranças enfatizaram também o agravamento de diversas vulnerabilidades que antes atravessavam os povos indígenas do Oiapoque e que, diante da crise das roças e da parca oferta de empregos formais, se tornaram ainda mais intensas, como o aumento do garimpo ilegal.

O município vem recebendo muita visibilidade da mídia devido à grande disponibilidade de petróleo encontrada no território, principalmente com o aumento da presença da Petrobrás. Entretanto, a empresa é acusada de atuar sem um plano de participação social, deixando de lado as representações políticas dos povos e comunidades tradicionais. As lideranças afirmam que a estatal se recusa a passar pelo Protocolo de Consulta, violando um direito garantido nacional e internacionalmente. O enfrentamento desses desafios se dá em diversas frentes, inclusive a cultural.

Lembrando que território é “o lugar onde se articulam os problemas públicos” (BORGES, 2018, p. 25), entendemos a importância alcançada pelos atores locais em ações de caráter coletivo para a

resolução de problemas públicos perpassados por estes. Assim, os povos indígenas do Oiapoque, com uma tradição de assembleias coletivas que remonta ao ano de 1976 (SANTOS, 2018), fundaram em 2007 o Conselho de Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO), que congrega lideranças das aldeias do território. O CCPIO, além de ser uma forma de auto-organização, também é um grande agente para mobilizar atenção, dialogar com autoridades e reivindicar direitos. Apesar de partirem de diferentes culturas, formas de organização, língua e costumes, os povos indígenas do Oiapoque afirmam: “temos diferentes culturas e falamos línguas diferentes, mas estamos unidos e trabalhamos juntos em torno de um objetivo comum, pensando no futuro de nossos filhos e netos” (CCPIO, 2019, p. 11). Essa rede pode ser melhor visualizada através da imagem 3.

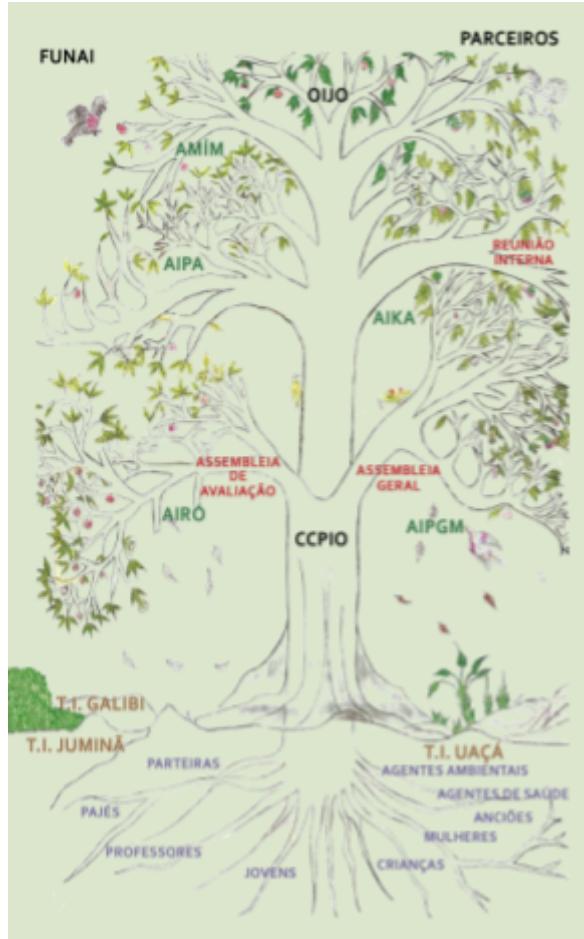


Imagen 3 - Ecossistema de organizações indígenas no Oiapoque

Fonte: Conselho dos Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque (2019).

Legenda:

OIJO - Organização Indígena dos Jovens de Oiapoque

AMIM - Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão

AIPA - Associação Indígena Palikur

AIKA - Associação Indígena do Povo Karipuna

AIRO - Articulação Indígena do Rio Oiapoque

AIPGM - Articulação Indígena do Povo Galibi Marworno

Outras organizações:

Associação Nana Kali’na (povo Galibi Kalina)

OPIMO - Organização dos Professores Indígenas do Município de Oiapoque

Coletivo de Teatro Maiuhí

Empório UASEI - Açaí dos Povos Indígenas do Oiapoque

Além das trocas entre povos indígenas, o topo da árvore de organizações mostra mais dois polos de agentes extremamente importantes no território. De um lado, o principal braço estatal da política indigenista, a FUNAI no Amapá tem uma tradição de gerências indígenas e de atuação próxima e consoante com os movimentos locais. O próprio edifício do Museu Kuahi é o antigo posto do órgão. Do outro lado, entre os “parceiros”, enfatizamos a presença do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (IEPÉ), organização indigenista sem fins lucrativos fundada em 2002 por acadêmicas e acadêmicos e com atuação no Amapá e norte do Pará. Atuando formalmente no Oiapoque desde 2008, realiza cursos de formação e capacitação para as populações indígenas e apoia as organizações em atividades de logística e divulgação de publicações.

Nesse quadro, o movimento indígena no Oiapoque é formado por uma trama multifacetada de organizações indígenas, governamentais e não governamentais. Ainda que existam conflitos e disputas entre formas de atuação e relevância das pautas, trata-se de uma rede ampla, consolidada e atenta às questões que afligem o território e suas gentes. É nessa paisagem sociocultural, ambiental e institucional que o Museu Kuahi é gestado.

“O Museu é um instrumento: de ontem, de hoje, de amanhã”

Provocados pela frase de uma das pessoas mais envolvidas com a reconstrução do Museu, partimos para a análise das falas das agentes do Kuahi com esse mote. Durante as interações, era perceptível que o Museu Kuahi mudou desde sua concepção: são outros contextos políticos, outras urgências sociais e outras pessoas. O Museu do passado tem outros significados que o Museu do presente e esses são diferentes daqueles do Museu que ainda virá. Não temos a pretensão de estabelecer uma cronologia do Museu Kuahi, mas ter as palavras e depoimentos de nossas interlocutoras como ponto de partida para a análise, entendendo que o ontem, o hoje e o amanhã, são pontos de encontro simbólicos nesse espaço.

Kuabi ontem: “É uma relíquia guardando outras relíquias”

Seria equívoco dizer que a trajetória do Museu se inicia no seu ano de inauguração, a sua história é fruto de uma extensa luta pela preservação da memória, da vida e da cultura dos povos indígenas do Oiapoque. Existe muito ainda a se explorar e investigar no que tange a construção deste centro de memória, que foi, é e será ainda extremamente relevante para a luta dos povos que ali vivem, assim como de seu patrimônio cultural material e imaterial. O museu esteve vivo desde muito antes de sua construção, porém, é a partir dela que damos início a este estudo.

Assumindo então a limitação do registro formal de onde inicia-se essa história, o pontapé inicial para a concretização desta ideia que há muitos anos era maturada pelos povos da região foi uma viagem realizada em 1997 à Alemanha, França e Portugal. Nesta viagem, Lux Vidal, antropóloga alemã radicada no Brasil, professora emérita da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora que passou parte da década de 1990 estudando e se aproximando dos povos indígenas do Oiapoque, acompanhada de Janete Capiberibe, então deputada estadual, e lideranças indígenas do Oiapoque, propõem juntos a construção de um “centro de referência, de memória, de documentação e de pesquisa” (VIDAL, 2008, p. 110) para os indígenas e sociedade oiapoquense.

Este desejo surge a partir da experiência de visita a diversos museus europeus por onde passaram, nos quais os indígenas ali presentes perceberam a importância de construírem um espaço para contarem sua própria história, principalmente ao verem artefatos de muitos outros povos sendo expostos e tendo suas narrativas e peças de seu cotidiano capturadas por instituições alheias à cultura destes povos. Após saírem provocados sobre a importância de comunicar e pesquisar sobre a riqueza cultural que ecoa nas suas comunidades, eles sentiram a necessidade de construir um museu indígena, num formato diferente do que viram, onde eles mesmos pudessem contar suas narrativas, memórias e história de seus povos e dialogar não só com o passado, mas também com o presente e com o futuro.

Assim, após um extenso diálogo coletivo entre pesquisadores da USP, agentes do governo e, principalmente lideranças indígenas, a proposta para a construção do Museu é apresentada ao governo do Amapá em 1998, sendo incluída formalmente no Programa de Desenvolvimento Sustentável de João Alberto Capiberibe, então governador do estado. A obra se inicia no ano 2000, com a proposta de não fazer deste um “museu sobre os índios [sic.], mas dos índios [sic.]” (VIDAL, 2008, p. 111). Esta proposta é posta em prática a partir do momento em que, apesar de ser mantido pelo governo do estado, o Museu é gerido integralmente por uma equipe indígena, onde eram eles os envolvidos em todas as atividades, assim como os responsáveis pela curadoria das peças que ali seriam expostas.

Inaugurado em 2007, o Museu motivou “uma grande festa e alegria” (Entrevista 10, indígena, 17/07/24), já que representava para os indígenas mais do que um espaço para guardar objetos e peças antigas. O Kuahi representa a história dos povos indígenas e simboliza uma relação de afeto e resistência das famílias que o construíram, assim como de todos os povos da região, trazendo “a história dos avós” (Entrevista 9, indígena, 15/07/24) e de toda a comunidade, mantendo uma “ligação por conta das histórias que são contadas” (Entrevista 3, indígena, 17/07/24) dentro e através dele. Afinal, “todos os artefatos têm relação com sua vida cotidiana, ou seja, os objetos expostos no Museu também são utilizados no dia-a-dia das comunidades indígenas” (SANTOS, 2013, p. 15).

Antes de sua inauguração, o governo do estado vinha fornecendo oficinas de capacitação e “formação profissional, técnica, museológica e museográfica, aos dezenove indígenas que trabalham no Museu” (VIDAL, 2008, p. 112), na tentativa de escapar da lógica paternalista assumida historicamente pelo Estado com os indígenas do Brasil. Assume-se então, que a construção da própria cidadania dos indígenas se baseia na reafirmação de seus valores e processos históricos imbricados em suas narrativas (VIDAL, 2008).

Antes mesmo de sua inauguração, o Museu Kuahi toma corpo como um museu-escola, um lugar que viria a proporcionar grande aprendizado não só para os visitantes da cidade, estrangeiros e estudantes da região, mas também para a equipe técnica, que

tem ali a oportunidade de estudar e compreender a própria história e dos outros povos do Oiapoque. A troca entre diferentes povos, línguas e simbologias, através dos grafismos, dos objetos e das histórias ali contadas fizeram com que os indígenas que o visitassem enxergassem a própria história, onde eles “vêem os objetos e lembram da família, se reconhecem nas peças” (Entrevista 2, indígena, 08/07/24).

Era um centro de referência muito grande, eram muitas pessoas passando por aqui, fazendo pesquisa, fazendo reuniões, as assembleias aconteciam aqui e muita gente vindo de fora, do estrangeiro. [...]

Quando eu cheguei há 10 anos atrás o Museu era um espetáculo. Ele trazia uma nova visão, tinha muito turista, tinha muita gente de todo lugar, pessoas passavam aqui pela escola municipal, estadual ou pra fazer pesquisa. Era um centro. O Museu era uma referência para o município. (Entrevista 12, indígena, 08/07/24)

Apesar da empolgação e da grande conquista que o museu-escola simbolizou para os povos da região, um conjunto de fatores, fruto de um processo de desmonte, levou ao seu fechamento. Problemas de infiltração no telhado, a redução da equipe de funcionários relacionada a troca de governo, o redirecionamento da equipe para outras instituições, mudanças no orçamento e a urgência de pautar outros problemas dentro do movimento indígena fizeram com que o museu deixasse de funcionar. Durante este período, o Museu chegou a ser interditado pela Defesa Civil e pelo corpo de bombeiros, já que os problemas de infraestrutura ali existentes representavam um risco para a vida dos funcionários e dos visitantes que passavam pelo prédio.

Quando fechado em 2014, o Museu guardou consigo as histórias e a luta que se ergueram durante sua construção. Na narrativa dos antigos funcionários e visitantes do Museu, “as memórias ficaram presas por 10 anos” (Entrevista 9, indígena, 15/07/24). A partir deste momento, existiu um medo constante de que ele não fosse reabrir, o que se agravou diante do descaso dos governos seguintes, “entra e sai governo e relaxaram com o museu” (Entrevista 2, indígena, 08/07/24). O sentimento de

insegurança e abandono tomou conta do movimento indígena e, concomitantemente às outras pautas urgentes a serem dialogadas naquele momento, ele nunca deixou de ser um tópico nas assembleias e reuniões do movimento.

O espaço destinado a ele continuou sendo utilizado pelas associações indígenas, “mesmo ele sendo atropelado, ele continuava atendendo a demanda de todas as pessoas que se reúnem aqui” (Entrevista 3, indígena, 17/07/24). Mesmo fechado, o Museu continuou sendo um espaço de encontro e referência. Cabe ressaltar que as associações sentiram a necessidade de voltar a pautar este centro de referência num momento de crise e insegurança alimentar, dificuldade de gerar renda para as comunidades e da urgente necessidade de valorizar o artesanato produzido.

Após quase uma década neste cenário, uma nova conjuntura abriu caminhos para a discussão sobre a retomada do Museu. A partir da mudança de gestão estadual e do fortalecimento da pauta indígena na agenda nacional em 2022, junto com uma grande pressão do movimento indígena, uma janela de oportunidade se abriu para que o Museu voltasse a ter relevância. Ao ocuparem cargos institucionais, Kassia Lod, a atual diretora do Museu, Sônia Jean-Jacque, secretária estadual dos povos indígenas e Lilia Karipuna, vereadora do município, foram agentes essenciais nessa pressão e no diálogo com o estado em busca de apoio e de recursos para o Museu Kuahi.

A gente sentiu essa necessidade de buscar a reabertura. No governo Clécio, a primeira demanda que eu nunca esqueço. Eu sentei com ele e falei. 'Clécio, qual a sua prioridade?' A minha prioridade é a relíquia. Eu senti que ele abraçou a causa, porque o Museu está, entre aspas, com uma cara de museu. Mas precisa de mais ainda, porque antes não estava assim. Era triste entrar aqui, parecia que a luz estava apagada. A Sônia me disse que vamos trabalhar, que vamos conseguir e que não vamos desistir. A Kassia também é uma pessoa que não para. Ela faz a intermediação aqui embaixo, enquanto eu vou para Macapá e Brasília, com a Sônia junto também. Foi um impulso que recebemos. Mas há essa grande preocupação com a saída do Clécio e o esquecimento do Museu Kuahi novamente. Por isso que eu já falo para eles: fez alguma coisa? Fez um pedido? Oficialize.

Guardem. Documentações também são relíquias nessa tramitação e na negociação que fizemos com o governo. (Entrevista 9, indígena, 15/07/24)

A partir dessa abertura, inicia-se um novo momento do Museu, de superação dos obstáculos que levaram ao seu fechamento, de retomada de sua discussão e do fortalecimento e articulação dos povos pela sua reestruturação. Agora, o Museu se encontra no presente, e não mais no passado, não mais dormindo na memória das famílias, mas acordando aos poucos com a luta do movimento indígena. Esse momento de retomada integra todos os aprendizados adquiridos enquanto ele esteve aberto e durante esses 10 anos de fechamento; afirmam: “Agora estamos recomeçando de novo o Museu” (Entrevista 2, indígena, 08/07/24) e “queremos fazer dessa uma nova fase. Voltar com o Museu que era antes. É isso que a gente quer, e é uma honra estar aqui” (Entrevista 12, indígena, 08/07/24).

Kuahi hoje: “Eu vim pra trazer um olhar diferente, um olhar de resgate”

O Museu Kuahi, hoje, é um elo vivo entre o ontem e o amanhã. Do ontem, carrega os significados que nutriram sua reconstrução, e do amanhã, projeta as possibilidades e os sonhos de quem molda seu futuro e sua (re)existência. Representa a possibilidade de “trazer o que está adormecido, mas que está vivo aqui dentro” (Entrevista 9, indígena, 15/07/24) e é uma “tentativa de reconstrução a partir de fragmentos da história” (Entrevista 14, indígena, 08/07/24). Isso é especialmente interessante, ao considerar que a equipe atual do Museu é composta em sua maioria por jovens indígenas, que tiveram um contato limitado com esse espaço nos últimos dez anos. Ao iniciar suas atividades, uma das funcionárias pensou que seria “fácil construir onde não tinha nada” (Entrevista 14, indígena, 08/07/24), mas, convivendo com esse espaço, relatou que pôde conhecer uma “história que vai ser respeitada e honrada”.

Há uma particularidade importante que mudou o perfil do corpo técnico do Museu: a

chegada do campus binacional da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) em 2007. Muitos dos jovens que trabalham no Museu hoje foram ou são estudantes de bacharelado ou de licenciatura nessa universidade e, "ter professores dos seus povos e falantes de suas línguas foi uma conquista inegável, foi um salto na educação indígena" (Entrevista 18, não indígena, 10/07/24). A consultora da SECULT que também participou da construção do Museu em 2006, afirmou que, diante da demanda da Secretaria pela produção de relatórios e pela profissionalização, os novos funcionários "têm um aporte necessário de autonomia incomparável e isso cria um novo museu" (Entrevista 18, não indígena, 10/07/24). É uma juventude que foi buscar na Universidade mais instrumentos para somar nas lutas dos seus povos e, com isso, articulam hoje no Museu os conhecimentos formais, construídos em salas de aula e em pesquisas, com os conhecimentos orais herdados em suas diferentes tradições.

Sob esse aspecto, a concepção de um novo Museu é marcada pela chegada de jovens engajados e protagonistas, que carregam consigo expectativas de renovação e da criação de vínculos com uma história já trilhada e com aquela que ainda está por vir, afirmindo que: "quando a gente caminha, a gente dá dois passos pra frente e um pra trás, pra lembrar da nossa ancestralidade" (Entrevista 10, indígena, 17/07/24). Junto à diretoria, funcionários antigos e lideranças de povo e associações, esses jovens estão reconstruindo um museu que "se a Lux Vidal¹² visse, ela ficaria muito alegre" (Entrevista 2, indígena, 08/07/24).

Os atuais funcionários foram selecionados para trabalhar no museu a partir de uma indicação das lideranças dos quatro povos e são considerados cargos de representatividade de validação das identidades indígenas.

As lideranças escolheram essas pessoas. Elas sabem que vão fazer um ótimo trabalho, sabem que não é simplesmente estar aqui por necessidade. A gente sabe que está aqui porque realmente foi escolhida e, de forma conjunta, vamos lutar para reerguer o museu. (Entrevista 7, indígena, 09/07/24)

Além de ser uma oportunidade de emprego, que é escassa na região, é uma oportunidade "de estar junto e fazer junto com os parentes" (Entrevista 14,

indígena, 08/07/24) e de "conhecer uma memória do que deixaram aqui pra gente, do meu povo e de uma história minha" (Entrevista 8, indígena, 09/07/24). Nesse sentido, hoje o Museu é um centro que congrega memórias de dentro para dentro - de indígenas sobre indígenas - e de dentro para fora - sobre indígenas para não indígenas.

Vim trabalhar aqui para me realmente conhecer. É, porque eu não sabia muito bem da história do meu povo. Eu me senti orgulhosa do meu povo, dos outros povos, que a gente tem um espaço assim que a gente pode fazer o nosso trabalho, trazer o nosso trabalho e ser valorizado, ser admirado por outras pessoas que vêm ver. (Entrevista 1, indígena, 08/07/24)

Quando eu falo do assobio o que o meu avô dava, eu não tenho uma gravação para ouvir. Mas se eu pegar uma foto antiga, eu posso voltar lá atrás. É como se eu estivesse lá, tirando a casca da mandioca mole, às seis horas da tarde e ele contando as histórias para a gente. Quando eu estou aqui [no Museu], é como se eu visse o meu avô na beira do forno, puxando a farinha e minha avó peneirando. É como se eu estivesse dentro de casa. O Museu Kuahi é eu estar dentro de casa. É eu estar dentro do mato. Então eu me sinto bem. Mesmo eu sendo Karipuna, morando na aldeia do Manga, é como se eu conseguisse percorrer dentro das outras etnias, que também é um berço para mim de muito respeito. (Entrevista 9, indígena, 15/07/24)

Foi em busca desse processo de resgate, que a articulação para sua reabertura ocorreu e segue ocorrendo. O produto do hoje, foram as reivindicações dos movimentos indígenas, das reuniões do Conselho de Caciques e da demanda de acessar "todas essas memórias presas aqui dentro" (Entrevista 9, indígena, 15/07/24).

Kuahi amanhã: "O museu vai ser uma segunda casa depois da nossa aldeia"

Se ontem o Museu representou uma conquista da luta indígena no Oiapoque e a oportunidade de extroverter suas tradições e culturas

para um público amplo e se hoje o Museu vive um processo pulsante de reconstrução, o Kuahi amanhã está sob os signos da incerteza e da potência. Seguindo a ideia de Chagas e Pires (2018, p. 290) já apresentada em seções anteriores de que “os museus não são apenas representação da sociedade, são também projetos, sonhos e desejos de outro mundo, quiçá de um mundo melhor”, as agentes do Kuahi compartilham anseios e receios.

O espectro do fechamento continua rondando os envolvidos no Museu Kuahi. Em suas falas, a palavra “governo” vem acompanhada de sentimentos de hesitação e apreensão. Afinal, as trocas de gestão no passado fizeram com que a gestão do Museu fosse esvaziada e a sua estrutura degradada, com prejuízos graves para os suportes materiais de suas memórias coletivas: “o governo infelizmente deixou abandonado, perdendo muita coisa que eu vi, tinha cada peça ali que a gente não achou... então eu espero que não aconteça isso, que quando ele abrir ele não seja mais fechado” (Entrevista 1, indígena, 08/07/24). Sendo um setor da Secretaria de Cultura do estado, sabem que qualquer ondulação da dinâmica política em Macapá pode afetar rapidamente o Museu. A sombra da descontinuidade é presente: “o governo saiu, quando o governo sai já sabe como é né? Muda tudo” (Entrevista 2, indígena, 08/07/24).

O desejo da reabertura vem acompanhado de um receio sobre como será o dia seguinte: “a gente tá na busca de encontrar melhor o lugar dentro do Estado, deixar de ser um setor da SECULT para que a gente tenha de fato organograma de servidor, quem sabe um concurso, mas que no futuro os povos indígenas sejam autônomos” (Entrevista 3, indígena, 17/07/24). A permanência desse Museu enquanto órgão estatal não basta para os povos indígenas do Oiapoque. Reconhecem a importância das instâncias governamentais para a criação do Kuahi, mas sabem que a sua sustentabilidade não pode depender da política e que a sua existência sempre se sustentou nos movimentos indígenas do território: “depois que reabrir, todas as organizações indígenas vão se empenhar muito para que isso [o fechamento] não venha a acontecer e que essa equipe não seja tirada, mas cada vez mais capacitada” (Entrevista 13, indígena, 12/07/24).

É pensando na importância do Museu para

esses coletivos e para a dignidade das futuras gerações, que as agentes do Kuahi são consoantes nas falas sobre os desejos para o espaço:

A minha filha, ela não teve essa oportunidade de vivenciar a cultura como eu não vivenciei certos costumes que o meu povo praticava. A gente sabe que a cultura é dinâmica, ela vai mudando, então o Museu vai ser um espaço onde a gente possa guardar esses conhecimentos para quando a geração nova chegar e quiser buscar a informação, registrar histórias, narrativas do povo. A gente tem hoje dentro das comunidades os mais velhos que nos contam, os conhecimentos são passados oralmente pra gente, mas hoje a gente vê que a pesquisa também é uma ferramenta que a gente utiliza para documentar isso e o Museu é um espaço onde a gente vai poder guardar tudo que a gente faz. São coisas bem importantes para a gente poder um dia oferecer isso para as crianças poderem conhecer. Hoje eu sinto muita necessidade de ter vivenciado alguns rituais do meu povo e quando eles falam para eu falar sobre isso eu não tenho um certo domínio ou conhecimento sobre aquilo que eu não vivenciei. Se eu não tivesse procurado os mais velhos para conhecer eu não saberia falar sobre isso, mas o Museu vai ser um espaço muito importante para a gente fortalecer as culturas que estão enfraquecidas, os costumes e as práticas que a gente não faz mais. Eu vejo ele como o espaço principal para que sejam assegurados os conhecimentos. A gente recentemente perdeu um grande sábio do nosso povo [Palikur], ele era a pessoa que contava as narrativas, ele era um artesão, um mestre, então quando ele se foi levou muitas coisas que a gente não teve tempo de aprender. Hoje eu enquanto indígena, estudante, pesquisadora, eu tenho esse olhar: eu tenho que documentar para futuramente eu poder ter esses conhecimentos guardados, eu poder repassar, deixar para as novas gerações, que não vão ter essa oportunidade de conhecer sobre o nosso povo. (Entrevista 22, indígena, 10/07/24)

Acho que [minha filha] vai se sentir bem, não vai sentir como se faltasse algo, porque ela vai saber que os parentes são valorizados, nós somos importantes, a nossa cultura é importante, não vai mais sentir vergonha de quem ela é. Então acho que o Museu, para muitas pessoas jovens, vai ser visto como um lugar que fortalece a nossa origem, que dá coragem. [...] Então eu acho que, como

cada povo tem sua história, nossos filhos e netos vão ficar orgulhosos de saber que tem um lugar aqui na cidade que garante nossa cultura, a nossa vida, o nosso ambiente, o nosso estilo de viver. Então acho que eles vão se sentir bem, seguros e ter muito orgulho com certeza da origem deles. Eu acho que o museu vai ser tipo uma a segunda casa depois da nossa aldeia. (Entrevista 1, indígena, 08/07/24)

A gente tá registrando, fazendo de tudo, pesquisando, para guardar tudo que a gente tiver aqui da região dentro do Museu, entendeu? Não é para ficar no passado, mas que vai ser fonte de pesquisa pro futuro, para as pessoas, as crianças perguntarem como era antigamente, saber do seu povo. Lá na última assembleia, em 2022, com a juventude, teve um jovem, eu acho que ele tinha uns 12 anos, ele colocou exatamente isso, ele disse uma frase muito interessante, que era ‘aprender com o passado para não errar no futuro’. (Entrevista 4, indígena, 10/07/24)

Nesses depoimentos, encontramos a expectativa de um museu pulsante. De um lado, é um canalizador das tradições e manifestações culturais dos povos indígenas do Oiapoque que encontram um espaço seguro de guarda dos bens que evocam os conhecimentos transmitidos oralmente pelos mais velhos. Além de um museu, é um centro de referência, no qual o acervo e as pesquisas são o âmago da luta pela preservação desse patrimônio. Por outro lado, é também um catalisador dos movimentos do presente. É uma plataforma para as organizações, associações e articulações que atuam no território conduzirem suas ações que, transversalmente, levam à preocupação com as gerações futuras. O Museu concentra e impulsiona a luta contra a perda dos rituais e narrativas e o constrangimento diário que crianças e jovens têm em relação à sua identidade indígena.

Enquanto canalizador, o Museu é uma oportunidade de encontro entre diferentes povos que buscam compartilhar suas idiossincrasias, mas, principalmente, fortalecer suas afinidades. Como catalisador, o Kuahi é um instrumento da luta por justiça e reconhecimento. O futuro do Museu se divide entre a certeza de seu enraizamento e a incerteza de sua manutenção. O Kuahi amanhã

depende de certos fluxos políticos que extrapolam a agência dos povos, mas esses nunca serão pacientes, pois não se colocam em posição de espera. Sabem o significado e a potência desse espaço meio museu, meio centro de referência, meio escola, meio aldeia.

Considerações finais

Neste artigo, exploramos o caso do Museu Kuahi dos Povos Indígenas do Oiapoque a fim de discutir as formas pelas quais o museu, enquanto instituição ocidental criada em favor da constituição de memórias oficiais e pacificadas, é apropriado por povos indígenas. Trata-se de um exemplo de como esse espaço marcado pela homogeneidade pode ser ocupado e transformado em instrumento. O Museu Kuahi faz parte de um movimento de aproximação entre povos indígenas e museus (CURY, 2017) e, partindo das problemáticas vocalizadas por autoras e autores no campo da Museologia Social, mantivemos o foco nos compromissos sociais daquelas que constroem o Museu (GOUVEIA; CHAGAS, 2014). Ainda que parte da estrutura estatal, funciona como as outras organizações. Têm consciência da ambiguidade que é a identidade dupla de “ser indígena e ser Estado”, mas não há dúvidas sobre os seus compromissos e filiações. Assim como delimitaram Cury (2017) e Santos (2017b), o Kuahi aplica os princípios de outros museus indígenas, a saber: o protagonismo, a troca intergeracional e a centralidade do acervo.

O Kuahi responde às demandas dos povos indígenas no território. No passado, as provocações elaboradas junto com não indígenas mobilizaram o desejo pela criação de um museu capaz de proteger suas tradições e modos de fazer. Em sua construção, foi possível reunir os quatro povos para produzir uma narrativa museológica, traduzida no acervo e nas exposições, que comunicasse a diversidade e a união dos indígenas. A essa força canalizadora, somaram a potência catalisadora dos movimentos e organizações, incentivando o seu fortalecimento e pesquisas que alimentassem o próprio Museu. No presente, começam a enxergar os frutos de dez anos de mobilizações em favor da reabertura e da sua capacidade auto-organizativa. A juventude que o lidera introjetou o engajamento com as trocas e

responsabilidades intergeracionais e sabem que, mais do que guardar artefatos, o Museu é, ao mesmo tempo, decorrência e alavanca da luta indígena; uma conexão entre os de ontem e os de amanhã.

O futuro do Museu requer zelo, mas é alimentado pelos sonhos de um espaço que sirva para todos os indígenas se sentirem valorizados, fortalecidos e reconhecidos. O exemplo do Kuahi não tem a pretensão de ser representativo, mas acreditamos que pode instigar novos e velhos questionamentos sobre museus indígenas no Brasil. Afinal, como tanto enfatizamos, os museus indígenas são instrumentos e, por isso, respondem às idiossincrasias dos povos que o constroem e reconstruem. No Oiapoque, os Galibi Kali'na, os Galibi Marworno, os Karipuna e os Palikur souberam canalizar suas semelhanças e diferenças para catalisar iniciativas para sua sobrevivência coletiva, material e simbólica.

Notas

1 Muitas das citações utilizadas como referencial teórico vieram de materiais produzidos antes da ascensão do debate sobre a problematização do termo “índio” para se referir aos povos indígenas. Portanto, optou-se por negar o uso deste termo neste artigo, de forma a respeitar e botar em prática a forma como os indígenas envolvidos nesta pesquisa se auto identificam e identificam outros povos.

2 Atualmente, a pesquisadora Lux Vidal é Professora Emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Em 2016 e 2018, publicou como co-organizadora dois importantes livros sobre as tradições dos povos indígenas do Oiapoque (VIDAL *et al.*, 2016; VIDAL; LAVAL, 2018) e continua atuando como pesquisadora e assessora no Oiapoque e com os Xikrin do Cateté, no Pará.

Referências

ADAMS, Tony; BOCHNER, Arthur; ELLIS, Carolyn. Autoethnography: an overview. **Historical Social Research**, v. 36, p. 273-290, 2011.

ALVES-SANTOS, Silvio. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural: Revista de Ciências Sociais**, v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017.

ANJOS, Anna. Base alimentar dos indígenas do Oiapoque, mandioca é ameaçada por pragas no Amapá. Disponível em: https://apublica.org/2023/08/base-alimentar-dos-indigenas-do-oiapoque-mandioca-e-ameacada-por-pragas-no-apama/#_. Acesso em: 20 set. 2024.

BORGES, Zilma. Perspectivas territoriais na produção da Ação Pública entre Sociedade e Estado. **NAU Social**, v. 9, n. 17, 2018.

CHAGAS, Mário. Memória e Poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 19, 2002. p. 43 - 81.

CHAGAS, Mário; PIRES, Vladimir. Sociedade, museus e território. In: CHAGAS, M.; PIRES, V. (Org.). **Território, museus e sociedade**: práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade. p. 285-300. Rio de Janeiro: UNIRIO; Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2018.

CONSELHO DE CACIQUES DOS POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE. **Protocolo de Consulta dos Povos Indígenas do Oiapoque**. Iepé, 2019.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Políticas culturais e povos indígenas - uma introdução. In: CUNHA, Manuela; CESARINO, Pedro. (orgs.). **Políticas culturais e povos indígenas**. p. 9 - 24. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

CURY, Marília Xavier. Lições indígenas para a descolonização dos museus: processos

comunicacionais em discussão. **Cadernos CIMEAC**, v. 7, n. 1, 2017, p. 184 - 211.

GOUVEIA, Inês; CHAGAS, Mário. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). **Cadernos do CEOM**. v. 27 n. 41: Museologia Social, p. 9-22. 2014.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Brasília: IBGE. 2022.

INGOLD, Tim. That's enough about ethnography!. **Hau: Journal of ethnographic theory**, v. 4, n. 1, p. 383-395, 2014.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, 2017.

PIRES, Vladimir; CHAGAS, Mário. Território, museus e sociedade. In. CHAGAS, M.; PIRES, V. (org.). **Território, museus e sociedade**: práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade. p. 9-26. Rio de Janeiro: UNIRIO; Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2018.

REED-DANAHAY, Deborah.
Auto/Ethnography: Rewriting the Self and the Social. New York: Routledge, 1997

SANTOS, Fabrício. **História do Museu Kuahi dos povos indígenas do Oiapoque**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) - Licenciatura Intercultural Indígena, Universidade Federal do Amapá. Oiapoque. 2013.

SANTOS, Myriam Sepúlveda. Políticas da memória na criação dos museus brasileiros. **Cadernos de Sociomuseologia**. v. 19, 2002. p. 115 - 137.

SANTOS, Sinésia. **As Assembleias dos Povos Indígenas do Oiapoque (1976 - 2017)**. 2018, 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena) – Universidade Federal do Amapá, Oiapoque, 2018.

SANTOS, Suzenelson. Autogestão da memória: a experiência da museologia indígena entre os Kanindé no Ceará. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação do SESC-SP**. n. 17, 2023, p. 101 - 116.

SANTOS, Suzenelson. **Um Museu Indígena como estratégia interdisciplinar de formação entre os Kanindé no Ceará**. 2021. 207 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, Redenção, Ceará, 2021.

SANTOS, Suzy. **Ecomuseus e museus comunitários no Brasil**: estudo exploratório de possibilidades museológicas. 2017. 768 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, São Paulo, 2017.

SANTOS, Suzy. Museus indígenas e a construção de museologias afirmativas. **Anais do VII Encontro Paulista "Questões indígenas e museus"**, 2017, p. 174 - 190.

SPINK, Peter. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. spe, p. 70-77, 2008.

STAKE, Robert. Qualitative case studies. In: DENZIN, Norman.; LINCOLN, Yvonna. (Eds.). **Strategies of qualitative inquiry**. Sage Publications: California. 445-454. 2005.

VERGÈS, Françoise. **Decolonizar o museu: programa de desordem absoluta**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

VIDAL, Lux; LAVAL, Pauline. (org.). **Peixes e Pesca:** Conhecimentos e Práticas entre os Povos Indígenas do Baixo Oiapoque, Amapá. São Paulo: Iepé, 2018.

VIDAL, Lux; LEVINHO, José; GRUPIONI, Luiz (org.). **A Presença do Invisível:** vida cotidiana e ritual entre os povos indígenas do Oiapoque. Rio de Janeiro: Iepé, Museu do Índio, 2016.

VIDAL, Lux. O museu dos povos indígenas do Oiapoque - Kuahí - Gestão do Patrimônio Cultural pelos Povos Indígenas do Oiapoque, Amapá. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia.** Suplemento, p. 109-115, 2008.